

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NICOLE TALUSSA POLIDÓRIO KANT

VIOLÊNCIAS (RE)VELADAS: O SIMBOLISMO DE GÊNERO E O EXERCÍCIO DA
MATERNIDADE NO SISTEMA PENAL-PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.

CURITIBA

2018

NICOLE TALUSSA POLIDÓRIO KANT

**VIOLÊNCIAS (RE)VELADAS: O SIMBOLISMO DE GÊNERO E O EXERCÍCIO DA
MATERNIDADE NO SISTEMA PENAL-PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharela em Direito, habilitação em Direito do Estado, no Curso de Graduação da Faculdade de Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Priscilla Placha Sá.

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

A princípio, devo um agradecimento especial à minha mãe e ao meu pai, Kátia e Alexandre, que, de forma afetuosa, sempre me incentivaram a perseguir os meus mais inalcançáveis sonhos e fizeram o inimaginável para que eu pudesse fazê-lo. Nada disso seria possível sem vocês e agradeço imensamente por todos os sacrifícios e todos os esforços feitos para que eu pudesse ter suporte e estrutura para chegar até aqui.

Obrigada pelo amor incondicional, por terem sido segurança e aconchego em momentos de inquietação; por todo o valor e toda a confiança que vocês depositaram em mim; e por serem as primeiras pessoas a fazerem com que eu me sentisse capaz de alçar os mais altos voos. Sei que sou a primeira da família a ter uma oportunidade como essa que vocês me proporcionaram, e não poderia me sentir mais honrada e amada. Obrigada!

Nada mais justo do que agradecer também à minha irmã, Natália. Minha pequena, obrigada por sempre ter estado presente. O fortalecimento da nossa irmandade, apesar da distância, foi o que me deu forças para continuar firme em muitos momentos. Sem dúvidas, a responsabilidade de ter alguém que observava e seguia os meus passos fez com que eu tentasse dar cada passo meu da forma mais primorosa possível. A meus avós, tios e outros familiares, agradeço pela confiança em minha capacidade e pelo apoio constante.

Sinto-me muito afortunada por ter uma família tão bonita e unida. Sou muito agradecida a cada uma de vocês pela certeza de que nunca estarei sozinha e de que tudo valeu a pena. Amo vocês.

À Universidade Federal do Paraná e todas as pessoas que a compõem, por terem me preparado, com ética e confiança, para o exercício da profissão que escolhi e por terem me permitido o vislumbre de um mundo muito mais complexo e rico do que as minhas experiências até então haviam me proporcionado. Nesse ponto, devo um agradecimento ao Partido Acadêmico Renovador – PAR, que possibilitou que eu desenvolvesse noções e bagagens que eu jamais imaginaria possuir e permitiu que eu enxergasse o horizonte de forma crítica e resiliente.

À minha orientadora, Priscilla Placha Sá, pelo auxílio, incentivo e confiança na elaboração deste trabalho. Às Professoras Katie Silene Cáceres Argüello e Mariel

Muraro, em primeiro lugar por aceitarem avaliar o meu trabalho. E antes disso, agradeço às três professoras pela inspiração. Na maestria com que realizam suas atribuições acadêmicas e profissionais, são certamente estímulo a todas as mulheres que aspiram atuar no mundo do Direito Penal. Nessas pessoas, agradeço a todas as professoras e professores com quem tive o prazer de aprender.

Às minhas amigas, devo sincero agradecimento por todo o suporte que foi essencial nesses cinco anos em que estive distante da minha família a enfrentar o desafio de morar sozinha e cursar Direito na Universidade Federal do Paraná.

À Laura, Isabelle, Caroline, Thalita, Alice, Camilla e Fernanda, obrigada pela companhia, pelo carinho, pelo companheirismo de cada dia e pelo amparo tão significativo que me deram sempre que precisei, sem nada pedir em troca. Agradeço-lhes por terem sido consistência e tranquilidade em momentos de insegurança e solidão. À Isabela e Victor, amigas que o estágio me apresentou, não sei como lhes agradecer por terem preenchido minhas tardes e meus finais de semana com tamanha leveza e positividade. Em momentos tão difíceis e importantes na minha trajetória acadêmica e pessoal, vocês foram luz.

À Thayná e Maria Eduarda, pela cumplicidade e por se fazerem presentes sempre que lhes procurei. Admiro-lhes enormemente e me sinto muito feliz por ter-lhes como amigas e poder sempre contar com vocês. À Isabella, Millena, Mariana e Juliane, pela permanência ao meu lado e pela indissociabilidade do laço que nos uniu quando éramos ainda muito jovens.

Por último, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha formação e para que eu vivesse da melhor e mais feliz maneira a intensa experiência de frequentar a Universidade. Por todo o aprendizado e por todas as inexplicáveis vivências, minha mais genuína gratidão!

“O julgamento das mulheres correlaciona-se muito menos com os crimes que elas cometem do que o julgamento dos homens.”

Barbara Hudson, 2002.

RESUMO

O fio condutor deste trabalho é a identificação dos traços que o simbolismo de gênero imprime incessantemente na subjetividade feminina e a influência que exerce na política criminal e penitenciária, realçando-se quando se trata de rés mães ou gestantes. Com base nos estudos desenvolvidos, descreve-se de forma breve como o simbolismo de gênero está presente na própria ciência jurídica e na normatividade, arraigando-se para os processos de criminalização primário e secundário e culminando, por exemplo, na dupla penalização da “mulher criminosa”, com especial foco no papel desempenhado pela maternidade. Desse modo, acentua-se o controle comportamental exercido pelo sistema penal e penitenciário e a forma como a identidade feminina é normalizada, tendo por parâmetro a conduta feminina ideal na qual se insere o adequado desempenho da função maternal. Em um segundo momento, aborda-se a internalização do estereótipo de gênero pelos atos normativos que tratam sobre a questão de ser mãe ou gestante na prisão, os quais, embora figurem avanço na garantia de condições mínimas de dignidade no âmbito do cárcere, não se desprendem da ordem de gênero socialmente estabelecida. Por último, analisa-se o impacto que o descumprimento das disposições normativas examinadas causa na prática do encarceramento feminino. Com isso, conclui-se que a brutal ruptura entre a proteção normativa do exercício da maternidade nas prisões e as experiências vividas no sistema de justiça e no espaço prisional também encontra suas raízes na influência do simbolismo de gênero – que determinou a invisibilização das vivências e das necessidades femininas ao longo da história, bem como a mais severa reprovação que recai sobre a conduta da criminosa que é mulher e mãe.

Palavras-chave: gênero; prisão; mulheres encarceradas; maternidade; violência simbólica; mãe criminosa.

ABSTRACT

The guiding line of this paper is the identification of the traces that gender symbolism imprints incessantly on the feminine subjectivity and the influence that exerts in the criminal and penitentiary politics, traces that are emphasized when it comes to criminal women who are mothers or who are pregnant. Based on the studies developed, it is briefly described how gender symbolism is present in legal science itself and in normativity, spreading to the processes of primary and secondary criminalization and culminating, for example, in the double penalization of "criminal women", with a special focus on the role played by motherhood. Thus, the behavioral control exercised by the penal and penitentiary system and the way in which the female identity is normalized is emphasized, having as parameter the ideal female conduct in which the adequate performance of the maternal function is inserted. Secondly, it is approached how the gender stereotype is internalized by the normative acts dealing with the issue of maternity in prison, which, although mean a progress in guaranteeing minimum conditions of dignity in prison, don't differ from gender symbolism. Finally, the impact of non-compliance with the normative provisions examined in the practice of female incarceration is analyzed. Therefore, the analysis goes towards the conclusion that the brutal rupture between the normative protection of women's rights and the experiences lived inside the justice and prison system is also based in the influence of the gender symbolism -which has determined the invisibility of the experiences lived by women and the female needs throughout history, as well as the most severe reproach that falls upon the conduct of the criminal woman and mother.

Key-words: gender; prison; incarcerated women; maternity; symbolic violence; criminal mother.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	BREVES NOÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO SIMBOLISMO DE GÊNERO NO SISTEMA PENAL: PRESAS NO EXERCÍCIO DA MATERNIDADE	10
3	A ABORDAGEM NORMATIVA: O AVANÇO LEGISLATIVO E A REPRODUÇÃO DOS PAPEIS SIMBÓLICOS DE GÊNERO	17
4	VIOLÊNCIAS (RE)VELADAS: A RUPTURA ENTRE A VERSÃO IDEOLÓGICA DA MATERNIDADE E A REALIDADE DAS MULHERES ENCARCERADAS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO.

O presente trabalho de conclusão de curso é apresentado em formato de artigo e pretende identificar e contrastar os pontos de encontro e ruptura entre os discursos sociais sobre a mulher-mãe ideal, a abordagem legislativa da questão e a realidade vivenciada pela população feminina que habita as redes do sistema de justiça criminal brasileiro na condição de ré. Nesse sentido, busca-se demonstrar a forma como esse sistema, assim como as demais instituições sociais de controle, está fortemente alicerçado na violência simbólica de gênero e orientado à normalização¹ dos corpos e das identidades femininas.

A relação da mulher com o crime e o encarceramento feminino estão atravessados e são continuamente arraigados pelo simbolismo de gênero e pelos reflexos do patriarcalismo e da heteronormatividade, assim como por questões de raça e de classe. Nesse contexto, os papéis atribuídos diferencialmente aos gêneros são replicados nos campos da ilicitude, da normatividade jurídica e da execução penal, o que é agravado quando se fala em mulheres no exercício da maternidade inseridas nas persistências do sistema de justiça criminal.

Em breve retrospectiva histórica, já nos primeiros expoentes dos estudos criminológicos, demarcados pelo paradigma positivista, o exercício da maternidade, isto é, ser mãe, ter instituto maternal, dar à luz, amamentar, proteger a criança, é traço primordial da análise criminológica.² A figura da mulher criminosas e o seu envolvimento com o crime foi analisada por Cesare Lombroso mediante a reunião, sob a chancela da cientificidade, dos discursos jurídico, médico e religioso. Assim, em sua visão, ao passo que uma mulher “normal” possui a sexualidade subordinada à maternidade, o que faz com que a mãe “normal” coloque os filhos em prioridade absoluta, entre as criminosas ocorre justamente o oposto.³

Interessante notar que a maternidade permanece como parâmetro de análise comportamental feminina e de penalização até os dias de hoje. Atualmente,

¹ Para saber mais sobre o sistema penal como instituição de normalização e controle social: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008; FOUCAULT, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

² MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)Pensando a Criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012. P. 45-53.

³ Idem.

a mulher-mãe/grávida-criminosa representa um grande paradoxo que choca as ordens sociais e os papéis atribuídos ao feminino e, por isso, é mais gravemente punida, em razão das distinções simbolicamente reproduzidas.

Dito isso, esclarece-se que, quando imersas no sistema de justiça criminal, a experiência das mulheres é crivada por vários feixes de violência em especial a violência estrutural, a violência institucional e a violência simbólica. No decorrer da análise que se propõe, o intuito é a apreciação mais detida sobre a violência exercida contra as mulheres pautada no simbolismo de gênero e em práticas que, por vezes, passam despercebidas e são naturalizadas, posto que compõem a ordem social consolidada.

No Brasil, há cerca de 40.000 mulheres encarceradas, das quais 80% cometeram delitos relacionados ao tráfico de drogas e 74% são mães.⁴ Nesse interim, a falta de políticas públicas voltadas ao feminino em suas particularidades sustenta um sistema em que as mulheres continuam aprisionadas, tolhidas de condições materiais para prover o sustento e a educação dos filhos, bem como permanecem sob o influxo de práticas rotineiras misóginas, seletivas e patriarcais.

Logo, o presente artigo se debruça sobre a identificação dos sinais de violência simbólica presentes na forma como o sistema de justiça criminal lida com as mulheres infratoras. Não há dúvidas de que, devido a questões de gênero, a tratativa conferida ao feminino encarcerado difere formal e materialmente daquela que se estende aos homens igualmente aprisionados. Nessa senda, o cerne da discussão proposta é a função maternal na qualidade de elemento que compõe a identidade feminina socialmente estipulada e que influi diretamente na experiência das presas, seja como mecanismo de controle ou como elemento apto a causar uma reprovabilidade maior de sua conduta, correspondente a uma penalização mais severa.

Para tanto, optou-se por uma análise qualitativa e quantitativa das questões abordadas, orientada por um viés epistemológico feminista, organizando-se estruturalmente em três partes. Na primeira parte, foi brevemente delineada a forma como o simbolismo de gênero se desenha e atua no âmbito do sistema penal, e como a questão da maternidade influi nesse tema, em especial no envolvimento

⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

das mulheres com o crime e na sua criminalização; na segunda parte, foram analisadas as disposições legais sobre o assunto e a forma como também são marcadas por questões de gênero; e, por fim, na terceira e última parte, constatou-se a ruptura dos discursos ideais da maternidade, plasmados na tratativa normativa da questão, com relação à realidade a que são submetidas as mulheres grávidas e mães encarceradas. Isso para concluir que a maternidade é instrumento de normalização do feminino e, em que pese tenha ocorrido um avanço normativo, na prática as violências se mantêm e não há solução que não perpassa a desconstrução da ordem de gênero e a concessão de novas formas de autonomização das mulheres que escapem ao desempenho da função maternal.

2 BREVES NOÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO SIMBOLISMO DE GÊNERO⁵ NO SISTEMA PENAL: PRESAS NO EXERCÍCIO DA MATERNIDADE.

A princípio, para expor as mazelas do sistema penal e penitenciário em especial no que atinge as mulheres, é necessário explorar o conceito de violência simbólica no contexto da subjugação feminina e identificar como esses sinais de violência se reproduzem no processo de criminalização e no contexto do microcosmos penitenciário, realçando-se quando acometem mulheres que são mães ou que estão grávidas. Nesse sentido, essencial explicitar os traços que a dominação masculina imprime incessantemente nos corpos e nas subjetividades, observando a sua influência na política criminal direcionada ao gênero feminino.

A construção dos corpos e a divisão diferencial entre os gêneros dos usos legítimos do corpo se cria fortuitamente. Contudo, as formas de pensamento, de aplicação universal, registram-nas como diferenças da natureza, insertas de forma objetiva no cotidiano e nas tendências comportamentais da população, de modo que se tornam normais e inerentes aos sistemas sociais.⁶

⁵ O termo gênero remete às construções sociais que discorrem sobre os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Assim, uma abordagem de gênero implica a adoção de uma postura crítica na análise da igualdade e da diferença, significando uma nova forma de dar significado às relações de poder, influenciando a interpretação e a mudança da realidade social (CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 509-528, 2015. P. 512. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/17656/13053>. Acesso em: 15. Set. 2018).

⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 55-62.

Desse modo, a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas” em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nas tendências organizacionais e comportamentais dos agentes, de forma que passa a ser entendida como normal e veiculada pelos costumes, pelas instituições e pelos meios de comunicação.⁷ Trata-se, portanto, da reprodução da realidade construída mediante a utilização de um mecanismo social profundo, alicerçado por estruturas objetivas e cognitivas que se coadunam, sem se dar conta das condições sociais e históricas determinantes de sua edificação.⁸

Baseada nessas noções, sustentadas pela concepção de que as diferenças de gênero são ditadas pelas distinções biológicas de sexo, predomina a dicotomia entre os espaços público e privado, a partir da qual se consubstanciou a divisão sexual do trabalho. Assim, durante um período considerável de tempo, as atribuições sociais, ao mesmo tempo que limitavam as mulheres a permanecerem no espaço privado – esfera da reprodução natural e das relações familiares –, delegavam aos homens, como “destino natural”, o espaço público – âmbito da produção material.⁹

A divisão entre o espaço público e privado e a consequente divisão sexual do trabalho, portanto, funcionam como alicerces para a dominação masculina, a qual é ratificada pela ordem social, que, consoante denomina o sociólogo Pierre Bourdieu, funciona como uma imensa máquina simbólica que se pauta em uma diferença de natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.¹⁰

Neste ponto, ressalta-se que a divisão sexual do trabalho e o simbolismo de gênero não se furtam de manifestar-se também no campo da ilicitude, em especial na prática do delito de tráfico de drogas, que possui como característica a matriz econômica.¹¹ Estudos realizados sobre a temática¹² revelam que as mulheres presas

⁷ Ibidem. p. 50-51.

⁸ Ibidem. p. 20-21.

⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. (Pensamento Criminológico 19) 1 reimpressão, 2014. P.141.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. Op cit. p. 18.

¹¹ SÁ, Priscilla Placha. **Por amor ou por dinheiro: a divisão sexual do trabalho ilícito**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 2. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499203354_ARQUIVO_PorAmorPorDinheiroSubmissao.pdf. Acesso em: 02. Out. 2018.

¹² Dentre os quais se destacam, para os objetivos do presente trabalho: ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceradas por tráfico de drogas em Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Oñati Socio-legal Series**, v. 5, n. 2, p. 389-417, 2015 – Violencia de género:

por crimes relacionados às drogas, previstos na Lei n. 11.343/2006, não são as grandes chefes do tráfico e tampouco são grandes consumidoras, com poucas exceções. Em sua maior parte, ocupam a posição mais baixa da cadeia hierárquica de distribuição de drogas, como por exemplo, o transporte, a vigilância e a manutenção de entorpecentes em casa, bem como a distribuição final. Verifica-se, com frequência, mulheres atuando em tarefas facilmente compatíveis com as atividades desempenhadas por elas no sustento e no cuidado da família e do lar, como cozinhar, limpar, embalar drogas ou realizar pequenas vendas.¹³

Ademais, percebe-se que a sua relação com o tráfico de drogas não se volta ao desejo de enriquecimento próprio, de satisfação de ganâncias ou de admiração por uma carreira criminal, mas sim uma forma de sobrevivência, como alternativa ao desemprego.¹⁴ Além disso, o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas muitas vezes resulta da associação afetiva ou sexual com parceiros inseridos no crime.¹⁵ No caso das mulheres grávidas, em particular, parecem ter seus corpos utilizados e instrumentalizados por facções para o carregamento de drogas e o encobrimento de práticas ilegais. Corpos que são considerados como objetos e mercadorias, com menos valor do que as drogas que carregam.¹⁶

No contexto das mulheres grávidas recolhidas à Penitenciária Feminina do Paraná (PFP) no ano de 2014, 60% delas estavam presas por envolvimento com delitos associados ao tráfico de drogas. Quando questionadas acerca dos motivos para o seu envolvimento com o tráfico, 17% disse ter recorrido ao crime para garantir

intersecciones. Gipuzkoa: Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2611052. Acesso em 15. Jun. 2018; CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 761-775, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300761&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02. Out. 2018; SÁ, Priscilla Placha. **Por amor ou por dinheiro: a divisão sexual do trabalho ilícito**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499203354_ARQUIVO_PorAmorPorDinheiroSubmissao.pdf. Acesso em: 02. Out. 2018; QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

¹³ CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Op cit. P. 767.

¹⁴ ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Op cit. P. 398.

¹⁵ BARCINSKI, Mariana; CAPRA-RAMOS, Carine; WEBER, João L. A.; DARTORA, Tamires. O marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Ex aequo**, n. 23, p. 87-100, 2013. P. 88. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602013000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15. Set. 2018.

¹⁶ SIMÕES, Heloísa Vieira; BARTOLOMEU, Priscilla Conti. O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? In: **Diário de uma Intervenção: sobre o Cotidiano de mulheres no cárcere** / Anny Clarissa de Andrade Moreira et al.; Coordenação e organização Priscilla Placha Sá. Florianópolis: EMais 2018. p. 95-96.

o sustento da família, enquanto 50% foi inserida na prática por seu companheiro ou de outro familiar.¹⁷

Os dados, portanto, explicitam uma realidade de opressões e violências. O que se nota é que a atribuição dos cuidados com a família para a mulher, aliada à feminização da pobreza, acarreta o envolvimento de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica com o tráfico de drogas, em que a imposição da lógica patriarcal na divisão sexual do trabalho faz com que, assim como em outros postos de trabalho, as mulheres ocupem cargos subalternos e facilmente substituíveis.¹⁸

O discurso hierarquizante e patriarcal aflige a figura feminina ao conformá-la aos ideais de domesticidade, fragilidade e docilidade e aos deveres de cuidar, proteger e sacrificar-se pelo outro. À mulher é delegado o cuidado com o lar familiar e o exercício carinhoso do papel de esposa e de mãe. Desse modo, as mulheres são classificadas segundo um conceito de normalidade, de modo que aquelas que não desempenham de forma satisfatória o papel de gênero que lhes é imposto, são consideradas anormais.¹⁹ No conceito de mulher normal se insere a maternidade como destino biológico e vocação feminina. Conforme se consolida a visão clássica de família, a função maternal passa a ser considerada como parte integrante da “natureza feminina”, ou seja, ao conceito de mulher normal e à imagem de natureza feminina passa a ser inerente a característica de “boa mãe”.²⁰

A maternidade, além de tradicionalmente encerrar a sexualidade feminina, é historicamente construída como fonte principal de realização da mulher, o que revela que a construção de sua subjetividade é pautada na natural abnegação e sofrimento.²¹ Por outro lado, a maternidade é socialmente valorizada e confere às genitoras a responsabilidade pelo desenvolvimento e pelo futuro de seus filhos, de forma que o *status* associado à maternidade também influencia as motivações para o envolvimento

¹⁷ Informações extraídas da obra: **Diário de uma Intervenção:** sobre o Cotidiano de mulheres no cárcere / Anny Clarissa de Andrade Moreira et al.; Coordenação e organização Priscilla Placha Sá. Florianópolis: EMais 2018. P. 102-105.

¹⁸ SÁ, Priscilla Placha. Op cit. p. 2.

¹⁹ HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Gender and Crime. **The Oxford Handbook of Criminology**. 5. Ed United Kingdom: Oxford University Press, 2013. P. 337-338. Disponível em: https://www.academia.edu/2573801/Gender_and_Crime_in_Oxford_Handbook_of_Criminology_2012 .. Acesso em: 15. Set. 2018.

²⁰ MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. **Vidas raras de mulheres comuns:** Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia da Universidade do Minho, 2006. P. 20.

²¹ CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. P. 520-521.

com a criminalidade.²²

A partir desses pressupostos, ressalta-se que o sistema de justiça criminal não opera de forma isolada e independente em relação a todo o sistema social e cultural em que se insere. Por isso, o discurso pautado na construção social da mulher como inferior e na exigência do desempenho de papéis diferenciais no âmbito familiar, reflete forçosamente na atuação da justiça, quando a mulher é vítima ou ofensora. Ou seja, mesmo quando o sistema penal e a ciência jurídica dirigem o olhar para a atuação da mulher e discorrem sobre isso, esse olhar é delimitado pelos estereótipos baseados em sua suposta natureza biológica e psicológica.²³

Com efeito, o sistema de justiça criminal, ao exercer o controle social que lhe é inerente, atua invariavelmente sob a égide da normalidade socialmente erigida. Assim, é possível perceber que o sistema penal consiste em um mecanismo público integrativo do controle social informal da mulher, fortalecendo o controle patriarcal em sua estrutura e simbolismo de gênero.²⁴

Torna-se inequívoco que o real significado do funcionamento interno do sistema penal somente pode ser compreendido quando reconduzido ao sistema social em ação e às estruturas profundas em vigência que o condicionam, a saber, o capitalismo e o patriarcado. O sistema penal contribui para a reprodução e a legitimação dessas estruturas, revelando-se desde o princípio como um exercício de poder e controle pautado pela seletividade classista, racista e sexista, em cujas entranhas operam continuamente a estrutura patriarcal e a ordem de gênero.²⁵

Diante do panorama delineado, ocorre a incidência do simbolismo e da violência também no âmbito do sistema de justiça criminal. Isso significa dizer que a ideologia capitalista e patriarcal também perpassa, direta ou indiretamente, os discursos da lei, da ciência jurídica e do poder judiciário, e conferem ao sistema justificativas para legitimar a sua própria existência. O sistema penal, portanto, expressa e reproduz o simbolismo de gênero, de modo a contribuir para a replicação do capitalismo e do patriarcado, isto é, dos relacionamentos sociais de desigualdade.²⁶

²² Ibidem. P. 516-520.

²³ HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Op cit. P. 336.

²⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Op cit. P. 133.

²⁵ BARATTA, Alessandro. O Paradigma de Gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Coord.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. P. 19-38.

²⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Op cit. P. 144.

Nesse diapasão, a mulher que se vê no lugar de autora de crimes passa por um processo de dupla culpabilização, já que, além do crime cometido com a violação das normas sociais, também transgrediu a ordem social e o seu papel materno e familiar, atribuído por uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelo machismo.²⁷ É culpabilizada por não desempenhar adequadamente a função materna e por não ter pensado em seus filhos no momento da transgressão. Logo, o tradicional papel da mulher é reconhecido pelas instituições penais, destacando-se que a função mais essencialmente atribuída à mulher é a maternidade, cujas exigências são postas como incompatíveis com a vida criminosa.²⁸

De outro lado, a adesão das mulheres aos papéis familiares convencionais também é determinante sobre a sua experiência no sistema judicial.²⁹ Aludindo especialmente à maternidade, estudos revelam que a punição tende a ser mais severa quando a mulher é considerada má mãe.³⁰ Quer dizer, a análise acerca da normalidade e da adequação da mulher à vida social, com a sua caracterização como desviante ou não, é transpassada pela imposição do conceito de feminilidade e de maternidade entendidas como características naturais à essência da mulher. Desse modo, evidencia-se que a maternidade também figura como parâmetro de controle do comportamento feminino.

No contexto do cárcere, consoante verificado por Sabrina Daiana Cúnico, Marina Valentim Brasil e Mariana Barcinski, o aprisionamento das mulheres gera a manifestação de uma centralidade na relação entre mães e filhos ou hipermaternidade,³¹ associada ao *status* especial do papel de mãe, que é seguida de uma abrupta e cruel separação. As próprias detentas percebem no exercício da maternidade uma forma de adquirir um *status* social valioso e, ao notar-se na qualidade de mães, são enxergadas para além do fato criminoso, existindo como

²⁷ HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Op cit. P. 351-352.

²⁸ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da Lei e o chão da Prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, jul-dez 2015. P. 527-530. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322015000200523&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15. Set. 2018.

²⁹ Sobre isso, ilustrando a forma como o controle penal se debruça sobre o comportamento feminino e a regulação de sua normalidade, no que se insere o conceito de “boa mãe”, no trabalho produzido por Frances Heidensohn e Marisa Silvestri, as autoras identificaram que, no momento da prolação da sentença, mulheres que atuavam de acordo com os papéis de gênero socialmente concebidos eram tratadas melhores do que aquelas desviantes, como homossexuais ou mães solteiras. No mesmo sentido, pontuaram que, na Escócia, ao sentenciar mulheres ofensoras, levava-se em conta se eram boas ou más mães (HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Op cit. P. 351).

³⁰ MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. Op cit. P. 150-151.

³¹ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Op cit. P. 534.

integrantes ativas e valiosas da sociedade a partir do desempenho da função da maternidade.³²

De outro lado, as mães que não seguem o padrão normativo de maternidade são rotuladas como preguiçosas e negligentes, bem como desviantes, descontroladas e imaturas. Assim, a intervenção institucional seria admitida em razão do desempenho supostamente deficiente da parentalidade. Nesse sentido, a maternidade se caracteriza como uma estratégia de controle institucional.³³

Sob esse diapasão, é possível notar que a atuação seletiva e patriarcal do sistema de justiça é violenta e gera um enfrentamento contraditório da criminalidade feminina. Emanam paradoxos como a inadmissibilidade de que uma mulher, especialmente mãe, cometa crimes, em face do fato que a maioria das mulheres encarceradas foram condenadas pela prática de crimes às quais recorreram justamente para atender a um senso de dever materno de sustento e proteção.

O sistema de justiça criminal atua sobre as mulheres com o intuito de que elas exerçam com normalidade a representação de papéis de gênero. Nesse sentido, a maternidade se torna essencial nos discursos de salvação feminina, como o caminho que leva a “mulher desviante” de volta a seu rumo, a reaproxima de seu destino, de sua missão originária, e pode funcionar como incremento punitivo para a mulher encarcerada.³⁴

Assim sendo, a dimensão ideológica da maternidade coloca a mulher como provedora do bem estar da família, da comunidade, dos filhos e da própria instituição prisional, de modo que se torna necessário que o estado atente para as particularidades e necessidades da mulher encarcerada que é mãe ou gestante. Contudo, o que se observa é que inexistem condições materiais que reflitam a valorização e a importância socialmente conferidas à maternidade, culminando diversas perdas e problemas que constituem a vida das mulheres privadas de liberdade.³⁵

Assim, consolidadas as noções sobre a violência simbólica fundada na divisão de gênero e infligida às mulheres e a sua ocorrência no método de controle social através do direito penal, o propósito é expor como essa engenharia social opera no

³² CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. P. 516-517.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem. P. 530.

³⁵ Ibidem. P. 520-524.

contexto do Brasil e evidenciar os pontos de encontro e as rupturas entre os discursos pautados no padrão de gênero simbolicamente sustentado, abordando o trânsito das mulheres encarceradas entre duas posições diametralmente opostas na representação do feminino – mãe e criminosa.

Sabe-se que o modelo de hierarquia pautado na divisão de gênero é complexo e perpassado por questões de raça, classe, orientação sexual, e outras problemáticas. Diante disso, não se ignora que os grupos desfavorecidos são heterogêneos e ressalta-se que não se quer atribuir ao objeto de estudo uma identidade uniformizada, mas reconhecer que suas identidades, ainda que marcadas por singularidades e diversidades próprias, são atravessadas por pontos comuns que refletem situações de violência, de imposição de papéis de gênero e de punições que transcendem a repreensão ao crime praticado, mas visam a castigar também a transgressão ao *habitus*³⁶ feminino que lhe era imposto.

3 A ABORDAGEM NORMATIVA: O AVANÇO LEGISLATIVO E A REPRODUÇÃO DOS PAPEIS SIMBÓLICOS DE GÊNERO.

De acordo com os dados registrados pelo último Infopen,³⁷ divulgado no ano de 2018, referentes ao mês junho de 2016, no Brasil, entre os anos de 2000 e 2016, a população carcerária cresceu, em média, 312%. O Infopen Mulheres,³⁸ por seu turno, revelou que em junho de 2016, a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional. Some-se a isso o fato de que 74% das mulheres privadas de liberdade à época do levantamento dos dados eram gestantes ou possuíam filhos.³⁹

³⁶ Habitus se caracteriza por um sistema de disposições e tendências assimiladas que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e reagem a ele. Representa a forma como a cultura do grupo e a história particular determinam o corpo e a mente e o comportamento social (BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001).

³⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

³⁸ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

³⁹ Os dados acerca da porcentagem da população carcerária feminina gestante ou genitora são

Outrossim, os crimes relacionados ao tráfico de drogas, entre os quais se incluem o tráfico de drogas propriamente dito, a associação para o tráfico e o tráfico internacional de drogas, correspondiam a 62% das incidências pelas quais as mulheres haviam sido condenadas ou presas provisoriamente no Brasil.

Em geral, o que se nota é que o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo costumam ignorar as necessidades da mulher mãe ou gestante encarcerada *a contra sensu* da tradição cultural que impõe à mulher o exercício da maternidade e à mãe a responsabilidade do cuidado com os filhos.⁴⁰ Entretanto, considerando que o sistema penal brasileiro foi criado por homens e para homens, diante do súbito e significativo aumento da população carcerária feminina e da significativa presença do fator maternidade, surgiu a necessidade de refletir sobre questões antes não pensadas pelo sistema jurídico e prisional.

Nesse contexto, multiplicaram-se os estudos e os esforços na tentativa de conferir tratativa diferenciada às presidiárias que são mães ou gestantes, analisando-se o impacto do encarceramento na vida das mulheres e nas configurações familiares.⁴¹ Diante do panorama delineado, do ponto de vista normativo houve

referentes a 7% das mulheres encarceradas em junho de 2016 (o que corresponde a uma amostra de 2.689 mulheres), em razão de dificuldade do acesso a essa informação nos estabelecimentos prisionais do Brasil. Assim, dada a baixa representatividade da amostra coletada, não é possível a extração de conclusões totais, mas sim de percepções parciais acerca da configuração familiar das pessoas privadas de liberdade (BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018).

⁴⁰ ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Op cit. P. 401.

⁴¹ Ante o aumento da população carcerária feminina, no ano de 2014, por exemplo, foi realizado o primeiro Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias especificamente em relação às mulheres (BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 25. Jun. 2018); em 2016, foi realizado um plano nacional de atenção às gestantes privadas de liberdade e àquelas que vivem com filhos no cárcere (BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Diretrizes para Convivência Mãe-Filho/a no Sistema Prisional**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308972282_Diretrizes_para_a_Convivencia_Mae-Filho_no_Sistema_Prisional_Guidelines_for_motherchild_living_together_in_the_prison_system_DEPEN_Ministerio_da_Justica_Brasilia_2016. Acesso em: 20. Set. 2018); em 2017, foi instituída, por meio da Portaria n. 15/2017 do CNJ, a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres no Poder Judiciário, a partir da qual foi criado o Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes do CNJ, com o intuito de definir padrões de procedimentos a serem adotados no sistema prisional em relação aos cuidados com grávidas, lactantes e a seus filhos (BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria n. 15, de 8 de março de 2017**. Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/03/48676a321d03656e5e3a4f0aa3519e62.pdf>. Acesso em: 25. Set. 2018). Ainda, passaram a ser realizadas importantes pesquisas, por exemplo:

significativo avanço na última década no Brasil.

Em 2010, ao aprovar as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok),⁴² a Organização das Nações Unidas traduziu a necessidade de propor um olhar distinto para as particularidades de gênero no aprisionamento de mulheres, ambos nos campos da execução penal e da priorização de medidas não privativas de liberdade. Foram reafirmados direitos humanos relativos à maternidade, à família, à saúde, inclusive sexual e reprodutiva, da mulher privada de liberdade e de seus filhos.

Ora, por meio das Regras de Bangkok, que figura como o principal marco normativo internacional sobre a temática, reconhece-se a necessidade de buscar soluções e políticas públicas alternativas à aplicação da pena privativa de liberdade às mulheres, em especial quando gestantes ou em período de amamentação. Nesse sentido merecem especial destaque algumas disposições. A Regra n. 6.23.1 prevê, por exemplo, a existência de instalações especiais para o tratamento de reclusas grávidas, que tenham acabado de dar à luz ou convalescentes. Igualmente, prevê a tomada de medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil.⁴³

O ato normativo determina, ainda, a tomada de medidas para organizar um berçário dotado de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam sob o cuidado das mães⁴⁴ e o oferecimento de serviços de atendimento

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à Luz na Sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade de mulheres em situação de prisão.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf/view>. Acesso em: 20. Set. 2018; BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde Materno-Infantil nas Prisões.** Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: http://arch.ensp.fiocruz.br/uploads/r/fundacao-oswaldo-cruz-casa-de-oswaldo-cruz/1/c/2/1c2eed116a0735f8d9c0a781cc3b944c9590555e7c19d2b67c7105e14dc680e4/Projeto_Nas_cer_nas_Pris_es.pdf. Acesso em: 20. Set. 2018.

⁴² BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok:** Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>. Acesso em: 25. Set. 2018.

⁴³ Regra 6.23.1. Nos estabelecimentos penitenciários para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento penitenciário, tal fato não deve constar do respectivo registro de nascimento.

⁴⁴ Regra 6.23.2. Quando for permitido às mães reclusas conservar os filhos consigo, devem ser tomadas medidas para organizar um inventário dotado de pessoal qualificado, onde as crianças

médico específico às presas.⁴⁵ Outrossim, é estipulado que mulheres infratoras não deverão ser separadas de suas famílias e comunidades sem que se considere devidamente a sua história e laços familiares.⁴⁶

Entretanto, embora a aprovação das Regras tenha sido um importante marco simbólico na garantia dos direitos das mulheres, elas não foram concretizadas em políticas públicas híidas e a violação aos direitos assegurados permanece no interior das prisões brasileiras. Isso ocorre em parte porque não há sanção para o descumprimento das regras e porque há escassez de dados concretos sobre o assunto e de políticas que correspondam às reais particularidades da mulher aprisionada.⁴⁷

No âmbito nacional, a Constituição da República de 1988 concede às presas os direitos fundamentais ao cumprimento da sanção privativa de liberdade em estabelecimento adequado à sua condição feminina e à amamentação de seus filhos, conforme plasmado respectivamente no art. 5º, incisos XLVIII e L, da Lei Fundamental.⁴⁸ Ainda, em seu art. 227, a Constituição Brasileira prevê a convivência familiar como um dever da família, do Estado e da sociedade.⁴⁹

A nível ordinário, em meio a outras disposições legais sobre a temática, a Lei n. 11.942/2009 alterou a Lei de Execução Penal⁵⁰ para conferir às mães e às crianças condições dignas de existência e de desenvolvimento. Assim, são assegurados

possam permanecer quando não estejam ao cuidado das mães.

⁴⁵ Regra 6.b.10. Serão oferecidos às presas serviços de atendimento médico voltados especificamente para mulheres, no mínimo equivalentes àqueles disponíveis na comunidade.

⁴⁶ Regra 58. Considerando as provisões da regra 2.3 das Regras de Tóquio, mulheres infratoras não deverão ser separadas de suas famílias e comunidades sem que se considere devidamente a sua história e laços familiares. Formas alternativas de lidar com mulheres infratoras, tais como medidas despenalizadoras e alternativas à prisão, inclusive à prisão cautelar, deverão ser empregadas sempre que apropriado e possível.

⁴⁷ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Op cit. P. 530-533.

⁴⁸ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...].

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; [...].

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.).

⁴⁹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.).

⁵⁰ BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm. Acesso em: 23. Out. 2018.

formalmente o acompanhamento médico, a existência de berçários, a amamentação até pelo menos 6 meses de idade e a existência de creches com pessoal qualificado para atender adequadamente as necessidades das internas e de seus filhos.

Quando se trata dos cuidados dispendidos à mulher presa, invariavelmente a legislação pátria os destina também a seus filhos. Nessa senda, são levados em conta o princípio da proteção integral à criança e as regras do Estatuto da Primeira Infância.⁵¹ A Lei n. 13.257/2016 entrou em vigor em março de 2016 para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu art. 8º,⁵² passou a assegurar a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Outrossim, alterou a redação do artigo 318 do Código de Processo Penal a fim de tornar ainda mais amplas as hipóteses de concessão de prisão domiciliar e possibilitar a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças com até 12 anos incompletos.⁵³ Desde a entrada em vigor da alteração legislativa, os tribunais têm sido instados a enfrentar a problemática, por meio de vários pedidos de substituição de prisão preventiva por domiciliar em favor de gestantes e mães em situação de prisão provisória.

Contudo, em consulta feita por meio da ferramenta de busca do Superior Tribunal de Justiça, verificou-se que, anteriormente à impetração do Habeas Corpus n. 143.641/SP, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mulheres gestantes ou com filhos pequenos foi negada em aproximadamente metade dos casos. Para tanto, foram discutidas considerações sobre as condições pessoais da mulher, da gravidade do delito, e da alegação de necessidade de demonstração da

⁵¹ BRASIL. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. **Estatuto da Primeira Infância**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 23. Out. 2018.

⁵² Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 23. Out. 2018).

⁵³ Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: [...].
IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; [...]. (BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 23. Out 2018).

prejudicialidade do ambiente carcerário no caso concreto.⁵⁴

Diante disso, em atenção às determinações legais que garantem a respeitabilidade dos direitos das mulheres encarceradas quando em condição de mãe ou gestante e às reiteradas violações perpetradas no contexto do cárcere, em 20 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal, concedeu o Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP para determinar a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência, grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas.⁵⁵ Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados sob o n. 10.269/2018, o Projeto de Lei do Senado n. 64/2018, já aprovado pelo Plenário do Senado e que pretende positivar a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal.⁵⁶

No entanto, meses após o julgamento, ainda não há dados oficiais concretos sobre quantas mulheres foram beneficiadas pela decisão. Além disso, tem sido verificada resistência dos tribunais na concessão da prisão domiciliar às detentas. A ressalva do Supremo Tribunal Federal em conceder a prisão domiciliar em situações excepcionais às mulheres, por não possuir definição objetiva, conferiu abertura interpretativa aos julgadores que serviu de justificativa para negar vários pedidos. Somente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em breve consulta às mais recentes decisões, constatou-se que estarem os filhos da apenada sob o cuidado dos avós,⁵⁷ a gravidade do delito,⁵⁸ a periculosidade abstrata da ré, o desajustado exercício das funções maternas⁵⁹ e até a mera prática do delito de tráfico

⁵⁴ Petição inicial do HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018.

⁵⁵ HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018.

⁵⁶ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 64/2018**. Disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, bem como sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar das mulheres na mesma situação. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7638604&ts=1538689795662&disposition=inline&ts=1538689795662>. Acesso em 24. Out. 2018.

⁵⁷ TJPR - 3ª C.Criminal - 0022155-49.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Gamaliel Seme Scaff - J. 10.08.2018.

⁵⁸ TJPR - 4ª C.Criminal - 0035866-24.2018.8.16.0000 - Mandaguaçu - Rel.: Juíza Subst. 2ºGrau Dilmari Helena Kessler - J. 11.10.2018.

⁵⁹ TJPR - 3ª C.Criminal - 0037822-75.2018.8.16.0000 - Umuarama - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 20.09.2018.

de drogas⁶⁰, bem como a quantidade de drogas apreendida⁶¹ já fundamentaram decisões em que foram rejeitadas prisões domiciliares a presas preventivas grávidas e mães de crianças de até 12 anos de idade, apesar do Habeas Corpus coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

É certo que inicialmente a decisão era aplicada apenas a mulheres detidas em prisão preventiva até a condenação em segunda instância. Contudo, em 24 de outubro de 2018, o ministro Ricardo Lewandowski, em análise do cumprimento da decisão, proferiu despacho em que ordenou a extensão da possibilidade de concessão da prisão domiciliar a todas as presas que ainda não têm sentença definitiva, inclusive as condenadas em segunda instância, bem como determinou o esclarecimento da expressão “circunstâncias excepcionalíssimas”, para obstar as arbitrariedades que haviam se tornado rotineiras.⁶²

Apesar disso, até o momento o reconhecimento jurisprudencial acerca da incompatibilidade do encarceramento de mulheres grávidas e mães com o ordenamento jurídico ainda não se encontra seguramente consolidado pragmaticamente e cinge-se à situação das presas provisórias, inclusive as condenadas até a segunda instância, deixando de denunciar a situação das mulheres aprisionadas em condenação definitiva, que são submetidas aos mesmos abusos.

Sendo assim, é preciso questionar em que medida referidos avanços, aliados a outros esforços legislativos sobre o tema, trouxeram reais ganhos para as mulheres privadas de liberdade no Brasil. Isso porque, em primeiro lugar o sistema de justiça criminal é marcado por falhas estruturais de acesso à justiça, alavancadas pelo quadro de encarceramento excessivo de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, segundo dados oficiais, as disposições normativas supracitadas seguem sendo sistematicamente desrespeitadas, conforme analisar-se-á adiante.

Neste ponto, impende salientar que a legislação é mecanismo de grande importância na garantia de direitos. Entretanto, no contexto brasileiro, revela-se insuficiente para assegurar os direitos reprodutivos e parentais das mães aprisionadas

⁶⁰ TJPR - 3ª C.Criminal - 0021756-20.2018.8.16.0000 - Sengés - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 19.07.2018; JPR - 3ª C.Criminal - 0038445-42.2018.8.16.0000 - Santo Antônio da Platina - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 01.10.2018.

⁶¹ TJPR - 3ª C.Criminal - 0037888-55.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Paulo Roberto Vasconcelos - J. 20.09.2018.

⁶² HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 24/10/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 25/10/2018 PUBLIC 26/10/2018.

quando desacompanhada de políticas públicas que abranjam, de forma integral, eficaz e inclusiva, as necessidades das presidiárias, cuja vivência é atravessada pelas mais diversas formas de vulnerabilidade.⁶³

Isso porque, ainda que se intente garantir formalmente a concretização dos direitos das mulheres aprisionadas e de seus filhos, existe um descompasso no que tange ao planejamento e à execução de políticas públicas em relação à população carcerária feminina, pois, historicamente, a instituição de políticas penitenciárias foi centralizada em torno do masculino. Assim, a tratativa da mulher no cárcere parece ser norteadas por meio de tentativas de adaptações do sistema existente e eminentemente masculino.⁶⁴

Além disso, é possível perceber que as teorizações e normatizações sobre as mulheres privadas de liberdade tendem a conferir atenção especial ou até mesmo exclusiva à identidade materna, encerrando o reconhecimento feminino na maternidade. O desempenho da maternidade surge, dessa forma, como única possibilidade de ressocialização feminina, reforçando os estereótipos de gênero da sociedade mais ampla. Ademais, o foco exclusivo nessa parcela da identidade feminina valoriza as mulheres unicamente como mães e invisibiliza outros aspectos da individualidade feminina que podem auxiliar no processo de ressocialização, tais como o trabalho e a educação.⁶⁵

Nessa toada, atenta-se para o fato de que os estudos que se debruçam sobre a maternidade no cárcere soem reproduzir o fato de que a tratativa diferenciada conferida às mães privadas de liberdade costuma promover a valorização do recém-nascido, em detrimento da genitora.⁶⁶ A preocupação, portanto, não é com a violência de gênero pungente dentro das prisões e arraigada na questão da maternidade, mas

⁶³ VENTURA, Miriam; SIMAS, Luciana; LAROUZE, Bernard. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, mar-2015. P.617. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30. Set. 2018.

⁶⁴ CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. P. 510-511.

⁶⁵ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Op cit. P. 541-543.

⁶⁶ Dentre os estudos abordados nesse trabalho que tratam sobre essa questão, tem-se, por exemplo: BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da Lei e o chão da Prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, jul-dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322015000200523&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 15. Set. 2018; CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 509-528, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/17656/13053>. Acesso em: 15. Set. 2018.

sim e tão somente com o bem estar da criança, o que acaba por reiterar a violência mencionada. Nesse sentido, enfatiza-se a existência de decisões que deixam de conceder a prisão domiciliar às mães presas provisoriamente quando a sua presença é considerada prejudicial ao seu próprio filho, segundo o exercício adequado da maternidade simbolicamente estabelecido. Nessa toada, a prática do tráfico de drogas dentro da residência e na presença dos filhos, por exemplo, tem o condão de conferir à genitora o rótulo de negligente no cuidado com seus filhos e prejudicial a eles.

Em verdade, a maternidade encarcerada funciona como dispositivo de normalização da mulher desviante, de forma a moldar a subjetividade feminina no intuito de torná-la cada vez mais maternal e menos criminosa.⁶⁷ Isso porque o cuidado com a família e com o lar, e a naturalização do lugar privado da mulher e da função maternal repisam o estereótipo de gênero socialmente erigido e o incremento da punição sofrida.

Diante disso, não é difícil perceber que quando uma lei trata sobre mulheres no cárcere, refere-se a um estereótipo externo, que é transferido para o contexto do cárcere.⁶⁸ Nesse sentido, as legislações aprovadas, em que pese tenham o benefício de tratar das especificidades das mães e gestantes privadas de liberdade, reproduzem o ideal da maternidade como foco, construindo as mães como provedoras do bem-estar geral e responsáveis pelo destino de seus filhos. Consoante muito acertadamente sintetizou Ana Gabriela Mendes Braga:

[...] recentes conquistas legais garantiram, no plano formal, direitos às mulheres encarceradas. Nesse ponto, uma das amarras do encontro entre gênero e direito, ao mesmo tempo em que reconhece a mulher em suas peculiaridades, o faz desde um cenário do patriarcado, reafirmando o seu lugar social. Esse é o limite das conquistas, que, ao não subverterem a ordem de gênero, reafirmam papéis sociais apropriados.⁶⁹

Percebe-se, assim, que o direito e o sistema de justiça criminal não funcionam como mecanismos de emancipação social e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade. Pelo contrário, reproduzem e potencializam violências e opressões impostas às mulheres no cenário social. Destarte, a análise da condição feminina no contexto do cárcere não pode estar dissociada do questionamento dos papéis de

⁶⁷ Ibidem. P. 539-541.

⁶⁸ SÁ, Priscilla Placha. Op cit. p. 9.

⁶⁹ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Op cit. P. 533.

gênero,⁷⁰ de forma a atentar para outras esferas da subjetividade feminina distintas da função maternal e privilegiar a emancipação e a autonomização das mulheres.⁷¹ Além disso, há autoras que propõem a subversão do pensamento segundo a lógica patriarcal, a partir, por exemplo, do estudo da instalação de creches em unidades masculinas ou da instituição de prisão domiciliar para o pai preso.⁷²

Com efeito, evidencia-se que, de uma perspectiva formal, ocorreu um avanço normativo e jurisprudencial com vistas a assegurar a dignidade das condições de vida das gestantes e mães aprisionadas, atentando-se para as particularidades da condição feminina. Apesar disso, é inegável que tais disposições reproduzem o simbolismo de gênero denunciado no decorrer deste trabalho, de modo a alocar a mulher no lugar que lhe é socialmente e simbolicamente atribuído. Ainda, ao analisar-se as condições materiais do aprisionamento de mulheres, depreende-se que as disposições garantidoras de direitos ao coletivo feminino têm sido reiteradamente inobservadas, gerando uma ruptura entre o ideal de maternidade e a realidade carcerária.

4 VIOLÊNCIAS (RE)VELADAS: A RUPTURA ENTRE A VERSÃO IDEOLÓGICA DA MATERNIDADE E A REALIDADE DAS MULHERES ENCARCERADAS.

Há um abismo entre a tratativa normativa do assunto da maternidade no cárcere e a realidade da execução penal de mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos penais no Brasil. Neste ponto, cumpre pontuar que o modelo prisional vigente foi fundado no século XIX e é orientado segundo a lógica do aprisionamento masculino, de forma que a estrutura prisional precisou ser adaptada para alojar as necessidades femininas.⁷³

Desse modo, ao mesmo tempo que os marcadores de gênero atravessam a criminalização e a abordagem legislativa da questão da maternidade do cárcere, também o fazem no âmbito da prisão, ainda que culmine na quebra do ideal simbólico da maternidade, igualmente marcado e erigido pela concepção diferencial de gênero.

Em primeiro lugar, cumpre salientar que, no Brasil, apenas com o advento do

⁷⁰ BARATTA, Alessandro. Op cit. P. 23-25.

⁷¹ CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. P. 525.

⁷² BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Op cit. P. 532-533.

⁷³ CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Op cit. P. 771.

Código Penal em 1940 foi determinado que as sanções impostas às mulheres fossem cumpridas em estabelecimentos destinados unicamente a abrigar mulheres infratoras.⁷⁴ Contudo, ainda hoje, há poucas unidades que acomodam mulheres exclusivamente. A nível nacional, dentre os 1449 presídios existentes no Brasil em 2016, 351 eram destinados a acomodar a população carcerária feminina, dentre os quais apenas cerca de 30% eram destinados exclusivamente para mulheres. A maior parte dos presídios brasileiros que abrigam mulheres, portanto, são de natureza mista.⁷⁵ Isso posto, destaca-se que as políticas penitenciárias já vigentes são definidas com foco na figura masculina e com tendência uniformizadora, em verdadeiro improviso institucional.⁷⁶

Consequentemente, o sistema penitenciário brasileiro não conta com estruturas adequadas para a custódia de mulheres grávidas e para lidar com as questões acerca da permanência dos filhos com as mães na prisão. No caso das mulheres grávidas e mães há a ausência de condições materiais de cuidados básicos, como aqueles referentes à alimentação adequada e às necessidades médicas. Ademais, poucas mulheres recebem visitas, até mesmo as grávidas e com filhos pequenos, traduzindo um isolamento e uma existência abandonada e considerada menos importante.⁷⁷ Em razão disso, pode-se dizer que “a experiência prisional para as mulheres, por diferentes aspectos, representa um *plus* em relação à punição para os homens.”.⁷⁸

A análise do perfil sociodemográfico da população feminina privada de liberdade no Brasil revela que a sua composição majoritária é de mulheres jovens, negras, solteiras, de baixa escolaridade e que possuem filhos ou estão grávidas. Ainda, o seu encarceramento se deu preponderantemente ante a prática de crimes

⁷⁴ Art. 37 - As mulheres cumprem pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e direitos inerentes à sua condição pessoal, bem como, no que couber, o disposto neste Capítulo. (BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 06. Out. 2018).

⁷⁵ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

⁷⁶ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista PSICOLOGIA**, vol. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. p. 65. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24. Out. 2018.

⁷⁷ SIMÕES, Heloísa Vieira e BARTOLOMEU, Priscilla Conti. Op cit. p. 92-93.

⁷⁸ CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Op cit. P. 771.

sem violência, crimes contra o patrimônio e crimes ligados ao tráfico de drogas.⁷⁹ Em geral, a realidade social das pessoas aprisionadas é marcada por uma trajetória de educação deficitária, desemprego, desinformação, infração juvenil, uso de drogas e envolvimento com o tráfico. Quanto às mulheres, são frequentes as histórias prévias de violência, de abandono e de cooptação por homens criminosos.⁸⁰

Dentro da prisão, são imersas em um processo de uniformização, mortificação e apagamento das singularidades. Isso porque são submetidas a métodos de correção e controle sobre seus corpos, mediante a suspensão de direitos individuais e a ameaça à sua própria identidade,⁸¹ já que experimentam a separação e o abandono impostos pelo cárcere, bem como a impossibilidade de alcançar o ideal do que é associado à figura da boa mãe e ao bom desempenho das funções maternas.⁸²

Conforme examinado anteriormente, a Constituição Brasileira, a Lei de Execução Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, aliadas a outros marcos normativos, garantem às mulheres privadas de liberdade, entre outros direitos, o acompanhamento médico pré-natal e pós-parto, a existência de berçários, a amamentação até pelo menos 6 meses de idade e a existência de creches com pessoal qualificado para atender adequadamente as necessidades das internas e de seus filhos.

Contudo, a análise sobre a relação entre a infraestrutura prisional e a (in)capacidade de assegurar os direitos básicos da mulher presa no exercício da maternidade revela a perpetração de graves violências contra o corpo e a subjetividade das presidiárias, assim como o descompasso da realidade prisional com o ideal de maternidade e as disposições constitucionais e legais.

Inicialmente, atenta-se para o fato de que, em 2016, apenas 55 unidades prisionais em todo o país apresentavam cela ou dormitório especial para gestantes. Além disso, segundo os resultados do estudo “Saúde Materno Infantil nas Prisões”,⁸³

⁷⁹ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

⁸⁰ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Op cit. p. 68.

⁸¹ Ibidem. p. 64.

⁸² CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. P. 524.

⁸³ Estudo realizado entre os anos de 2012 e 2014. A população entrevistada foi de 495 mulheres, 206 gestantes e 289 mães recolhidas em unidades prisionais femininas das capitais e regiões metropolitanas do Brasil (LEAL, Maria do Carmo; AYRES, Barbara Vasques da Silva; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; SÁNCHEZ, Alexandra Roma; LAROUZÉ, Bernard. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 7, p. 2061-2070, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

10% das mulheres presidiárias não tiveram nenhuma assistência pré-natal e apenas 45% delas receberam o número mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde que é de seis consultas pré-natais, bem como apenas 51% iniciou o acompanhamento no primeiro trimestre que é o período recomendado,⁸⁴ o que explicita que o atendimento médico oferecido é altamente precário e, por vezes, inexistente. Igualmente, 8% das mulheres consultadas informaram demora de mais de cinco horas após o início do trabalho de parto para o atendimento,⁸⁵ o que significa grave ofensa ao direito à saúde e implica riscos à vida e à integridade ambas da mãe e da criança.

Segundo o mesmo estudo, durante a internação para o parto, apenas 3% das mulheres entrevistadas no período foram acompanhadas por alguém de sua escolha, e 11% delas receberam visitas de familiares no hospital. De acordo com 73% das mães, o principal motivo do não recebimento de visitas foi a proibição pelo sistema prisional. Ainda, as puérperas denunciaram ter sofrido maus-tratos ou violência pelos profissionais de saúde ou agentes penitenciários, especialmente verbais e psicológicos. Apenas cerca de 10% relataram ter sido respeitadas quanto à sua intimidade pelos profissionais de saúde e pelos guardas.⁸⁶

Nas análises concretas sobre maternidade no cárcere,⁸⁷ são comuns os relatos de violência policial, a qual é frequentemente naturalizada e considerada normal. Além disso, não é raro que as gestantes sejam transportadas em viaturas policiais ao invés de ambulâncias e que a necessidade de escolta policial postergue o encaminhamento da mulher ao hospital. Há relatos na Penitenciária Feminina do Paraná de detentas que deram à luz na ambulância enquanto esperavam a viatura policial que as escoltaria até o hospital, bem como de partos realizados dentro das próprias celas. Isso porque, além da escassez de condições materiais e da burocracia envolvida para o oferecimento de escoltas, é necessário que as mulheres “comproven” que estão em trabalho de parto para que sejam transportadas e atendidas, o que também já ocasionou a realização de partos após as quarenta semanas de gestação.⁸⁸

81232016000702061&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28. Out. 2018).

⁸⁴ LEAL, Maria do Carmo; AYRES, Barbara Vasques da Silva; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; SÁNCHEZ, Alexandra Roma; LAROUZÉ, Bernard. Op. Cit. P. 2064-2068.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ SIMÕES, Heloísa Vieira; BARTOLOMEU, Priscilla Conti. Op cit. P. 82-85.

⁸⁸ Ibidem. P. 93-94.

Após o nascimento da criança, o cenário continua a ferir os direitos garantidos legal e constitucionalmente às mulheres aprisionadas e aos seus filhos. Conforme registrado pelo Infopen Mulheres, em relação à capacidade de oferecer espaço adequado para que a mulher privada de liberdade permaneça em contato com seus filhos e possa oferecer cuidados ao longo do período de amamentação, apenas 14% das unidades femininas ou mistas contavam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil, à medida que somente 3% contavam com espaço de creche, somando uma capacidade total para receber o máximo de 46 bebês e 72 crianças acima de 2 anos.⁸⁹

A nível estadual, as mulheres cuja gestação está em estado avançado são recolhidas no Complexo Médico Penal do Paraná, unidade que abriga, além das gestantes, mulheres em tratamento de doença ou que precisam fazer exames médicos e as mulheres internadas em medida de segurança. Nessa unidade, as detentas dividem celas insalubres sem distinção entre mulheres grávidas e portadoras de doenças e sem preocupação em colocá-las em espaços separados,⁹⁰ em absoluta contradição com o mito da maternidade, construído e sustentado pelas instituições sociais e reverberado pela tratativa normativa da questão em exame.

Ademais, em que pese a lei permita que as crianças permaneçam com suas mães até os sete anos de idade,⁹¹ em muitos estabelecimentos esse limite é reduzido, sendo que não há uma uniformidade na forma como a questão é definida nas diferentes unidades prisionais. Na Penitenciária Feminina do Paraná, as crianças permanecem na unidade somente até completarem dois anos, após o que devem ser entregues a familiares ou outras pessoas que possam deter a sua guarda, caso contrário são encaminhadas a abrigos. Nestes casos, é comum que os processos judiciais para a destituição do poder familiar promovidos em face das mães dessas crianças corram em sua revelia, vez que não são encontradas para serem citadas, ignorando-se o fato de que estão presas.⁹²

⁸⁹ BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

⁹⁰ SIMÕES, Heloísa Vieira; BARTOLOMEU, Priscilla Conti. Op cit. P. 90-91.

⁹¹ Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa (BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm. Acesso em: 23. Out. 2018).

⁹² SIMÕES, Heloísa Vieira e BARTOLOMEU, Priscilla Conti. Op cit. p. 79-80.

O desempenho da maternidade na prisão durante os primeiros anos de vida da criança leva a uma centralidade do relacionamento entre a mãe e a criança, isto é, um superdimensionamento dessa relação na medida em que, em geral, é a única atividade das mães encarceradas e concentrada em um espaço físico controlado e reduzido.⁹³ Após decorridos em média seis meses de convívio em tempo integral, institui-se a hipomaternidade, em que o contato entre mãe e filho passa a ser reduzido ou anulado. Trata-se de uma separação abrupta e descuidada, o que implica em sérios impactos nas vidas das pessoas envolvidas, tornando-se mais um fator de sua vulnerabilização.⁹⁴ Além disso, as mulheres como seres primordialmente relacionais sentem mais intensamente a privação das relações familiares.⁹⁵ Desse modo, o aprisionamento e a ruptura da convivência com seus filhos, aliados ao abandono material e afetivo, pode significar a perda da possibilidade de ser mãe e de sua própria identidade.

Nesse sentido, infere-se que muitas das violações perpetradas se originam na falta de estrutura física adequada para o recolhimento de mulheres grávidas e de crianças em um sistema prisional programado para operar sob a lógica masculina. E muitas das violências sofridas pelas mulheres são sutis e enraizadas no simbolismo de gênero, de forma que por vezes são despercebidas ou até mesmo naturalizadas pelas próprias detentas.

A valer, importa dizer que, em razão da compreensão da função maternal como atribuição feminina essencial e, por isso, elemento de completude e de realização na vida das mulheres, a maternidade exercida dentro das prisões pode simbolizar fator de visibilidade, de autopreservação e de afirmação da individualidade feminina.⁹⁶ Entretanto, essa situação não escapa à configuração do reflexo de um enquadramento nos padrões de gênero e da maternidade na função de mecanismo de controle e normalização dos corpos e das subjetividades das mulheres desviantes que povoam o sistema penal-penitenciário brasileiro.

⁹³ BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. O excesso disciplinar: da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 12, n. 22, p. 229-239, 2015. p. 232-234. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/101231/hipermaternidade_hipomaternidade_carcere_braga.pdf. Acesso em: 24. Out. 2018.

⁹⁴ Ibidem. p. 235.

⁹⁵ CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. Op cit. p. 525.

⁹⁶ Ibidem. p. 516-520.

Ademais, não se pode olvidar que gestantes ou mães que praticam crimes representam uma contradição social entre os comportamentos esperados das mulheres e um paradoxo que choca as ordens sociais e os papéis atribuídos ao feminino. Em sua condição de mulheres-mães/grávidas-criminosas, subvertem o padrão de gênero e, por isso, lhes é imposto tratamento muito mais impiedoso do que aquele a que são submetidos os homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante do aumento exponencial do aprisionamento massivo de mulheres, é preciso compreendê-lo como inserido em um quadro social mais amplo e complexo. Quadro que se sustenta, a um só tempo, por meio das imbricações do modelo patriarcal no campo do direito, da seletividade do processo criminal e de seu direcionamento ao propósito de normalizar e exercer o controle social sobre o corpo e a subjetividade feminina.

As observações tecidas no presente trabalho evidenciam que a maternidade está inserida na identidade feminina ideal construída socialmente e reforçada pelas vias simbólicas de conhecimento e de comunicação. Nesse sentido, o direito penal, como instrumento de controle informal de comportamentos sociais, também se fundamenta na ordem de gênero e está vigorosamente conectado aos padrões patriarcais e heteronormativos que erigem as tendências comportamentais socialmente adequadas, bem como é transpassado por questões de classe e de raça.

Nesse ponto, a maternidade é reconhecida como elemento central na constituição da identidade feminina a ser controlada de modo que, de um lado, possui tratativa normativa específica, com a previsão de implementação de condições especiais para o adequado desempenho da função maternal; de outro lado, o comportamento criminal da mulher mãe é mais severamente reprovado, ao mesmo tempo em que as condições voltadas às particularidades femininas previstas no plano normativo não se concretizam nas prisões brasileiras, pensadas por homens e para homens.

Destaca-se que a imposição de condutas sociais que paira sobre as mulheres é nitidamente constatada quando observada a sua relação com a criminalidade. Em primeiro lugar, o perfil socioeconômico da população carcerária feminina brasileira

indica que o envolvimento da mulher com a criminalidade está amplamente relacionado à feminização da pobreza e aos deveres ditos femininos de garantir o bem estar da família e o cuidado com o lar. Ainda, a divisão sexual do trabalho também não deixa de ser replicada no âmbito da ilicitude, em que exercem funções subalternas e associadas aos papéis que lhe são tradicionalmente atribuídos na esfera privada.

Em segundo lugar, a previsão normativa de exigência de condições adequadas para o abrigo de gestantes e o desenvolvimento das crianças, em que pese signifique um avanço na garantia de direitos que refletem a dignidade humana, tampouco escapa à influência da ordem de gênero. Isso porque reproduz os estereótipos externos acerca da função maternal e de sua indissociabilidade da identidade feminina. Ademais, é flagrante que a maternidade é incorporada ao sistema de justiça criminal na qualidade de mecanismo de controle das individualidades femininas, a partir da ideia de torná-las mais maternais e menos desviantes.

Por fim, procurou-se evidenciar que a brutal ruptura entre a proteção normativa dos direitos da mulher e das crianças - com o fim de garantir o ideal simbólico de maternidade - e as experiências vividas no sistema de justiça e no espaço prisional encontra suas raízes na invisibilização das vivências e das necessidades femininas ao longo da história, bem como na mais severa reprovação que recai sobre a conduta da criminosa que é mulher e mãe.

Dessa forma, reitera-se que o sistema penal-penitenciário é profundamente alicerçado e determinado pelo simbolismo de gênero e reproduz, nos diversos âmbitos de seu microcosmos, as violências ditadas pela ordem social simbolicamente estabelecida, com vistas à manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. (Pensamento Criminológico 19) 1 reimpressão, 2014.

ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. Las mujeres encarceradas por tráfico de drogas em Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres. **Oñati Socio-legal Series**, v. 5, n. 2, p. 389-417, 2015 – Violencia de género: intersecciones. Gipuzkoa: Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2611052. Acesso em 15. Jun. 2018.

BARATTA, Alessandro. O Paradigma de Gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Coord.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BARCINSKI, Mariana; CAPRA-RAMOS, Carine; WEBER, João L. A.; DARTORA, Tamires. O marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Ex aequo**, n. 23, p. 87-100, 2013. P. 88. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602013000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15. Set. 2018.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista PSICOLOGIA**, vol. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24. Out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhnner. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da Lei e o chão da Prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, jul-dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322015000200523&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15. Set. 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. O excesso disciplinar: da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 12, n. 22, p. 229-239, 2015. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/101231/hipermaternidade_hipomaternidade_carcere_braga.pdf. Acesso em: 24. Out. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Portaria n. 15, de 8 de março de 2017**. Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/03/48676a321d03656e5e3a4f0aa3>

519e62.pdf. Acesso em: 25. Set. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok:** Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>. Acesso em: 25. Set. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 06. Out. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 23. Out. 2018.

BRASIL. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. **Estatuto da Primeira Infância.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 23. Out. 2018.

BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm. Acesso em: 23. Out. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Diretrizes para Convivência Mãe-Filho/a no Sistema Prisional.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308972282_Diretrizes_para_a_Convivencia_Mae-Filhoa_no_Sistema_Prisional_Guidelines_for_motherchild_living_together_in_the_prison_system_DEPEN_Ministerio_da_Justica_Brasilia_2016. Acesso em: 20. Set. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 25. Jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf. Acesso em 10. Jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à Luz na Sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade de mulheres em situação de prisão.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf/view>. Acesso em: 20. Set. 2018;

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde Materno-Infantil nas Prisões.** Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: http://arch.ensp.fiocruz.br/uploads/r/fundacao-oswaldo-cruz-casa-de-oswaldo-cruz/1/c/2/1c2eed116a0735f8d9c0a781cc3b944c9590555e7c19d2b67c7105e14dc680e4/Projeto_Nascer_nas_Prisoes.pdf. Acesso em: 20. Set. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 64/2018.** Disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, bem como sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar das mulheres na mesma situação. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7638604&ts=1538689795662&disposition=inline&ts=1538689795662>. Acesso em 24. Out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 23. Set. 2018.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 761-775, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300761&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02. Out. 2018.

CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 509-528, 2015. P. 512. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/17656/13053>. Acesso em: 15. Set. 2018.

Diário de uma Intervenção: sobre o Cotidiano de mulheres no cárcere / Anny Clarissa de Andrade Moreira et al.; Coordenação e organização Priscilla Placha Sá. Florianópolis: EMais 2018.

FOUCAULT, **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 24/10/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 25/10/2018 PUBLIC 26/10/2018.

HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018.

HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Gender and Crime. **The Oxford Handbook of Criminology**. 5. Ed United Kingdom: Oxford University Press, 2013. P. 337-338. Disponível em: https://www.academia.edu/2573801/Gender_and_Crime_in_Oxford_Handbook_of_Criminology_2012_. Acesso em: 15. Set. 2018.

LEAL, Maria do Carmo; AYRES, Barbara Vasques da Silva; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; SÁNCHEZ, Alexandra Roma; LAROUZÉ, Bernard. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 7, p. 2061-2070, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702061&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28. Set. 2018.

MATOS, Raquel Maria Navais de Carvalho. **Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas**. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade do Minho, 2006.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)Pensando a Criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. Tese (Doutorado em direito) – Universidade de Brasília, 2012.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SÁ, Priscilla Placha. **Por amor ou por dinheiro: a divisão sexual do trabalho ilícito**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499203354_ARQUIVO_PorAmorPorDinheiroSubmissao.pdf. Acesso em: 02. Out. 2018.

SIMÕES, Heloísa Vieira; BARTOLOMEU, Priscilla Conti. O que leva(m) mulheres grávidas à prisão? In: **Diário de uma Intervenção: sobre o Cotidiano de mulheres no cárcere** / Anny Clarissa de Andrade Moreira et al.; Coordenação e organização Priscilla Placha Sá. Florianópolis: EMais 2018.

STF. HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 24/10/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 25/10/2018 PUBLIC 26/10/2018.

STF. HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0021756-20.2018.8.16.0000 - Sengés - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 19.07.2018; JPR - 3ª C.Criminal - 0038445-42.2018.8.16.0000 - Santo Antônio da Platina - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 01.10.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0021756-20.2018.8.16.0000 - Sengés - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 19.07.2018; JPR - 3ª C.Criminal - 0038445-42.2018.8.16.0000 - Santo Antônio da Platina - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 01.10.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0022155-49.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Gamaliel Seme Scaff - J. 10.08.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0022155-49.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Gamaliel Seme Scaff - J. 10.08.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0037822-75.2018.8.16.0000 - Umuarama - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 20.09.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0037822-75.2018.8.16.0000 - Umuarama - Rel.: Eugênio Achille Grandinetti - J. 20.09.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0037888-55.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Paulo Roberto Vasconcelos - J. 20.09.2018.

TJPR - 3ª C.Criminal - 0037888-55.2018.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Paulo Roberto Vasconcelos - J. 20.09.2018.

TJPR - 4ª C.Criminal - 0035866-24.2018.8.16.0000 - Mandaguaçu - Rel.: Juíza Subst. 2ºGrau Dilmari Helena Kessler - J. 11.10.2018.

TJPR - 4ª C.Criminal - 0035866-24.2018.8.16.0000 - Mandaguaçu - Rel.: Juíza Subst. 2ºGrau Dilmari Helena Kessler - J. 11.10.2018.

VENTURA, Miriam; SIMAS, Luciana; LAROUZE, Bernard. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, mar-2015. P.617. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30. Set. 2018.